



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS
2022

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2022 e 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores cotistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 21 de março de 2023. À Diretoria.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial

LARALSOL EMPREENDIMENTOS ENERGETICOS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	30	7
Cientes	5	40	168
Tributos a recuperar	6	52	34
Total do circulante		122	209
Não circulante			
Cientes	5	691	687
Partes relacionadas	9	1.539	1.539
Tributos a recuperar	6	34	-
Outros contas a receber		-	250
		2.264	2.476
Imobilizado	7	2.817	2.958
Total do não circulante		5.081	5.434
Total do ativo		5.203	5.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LARALSOL EMPREENDIMENTO ENERGETICO LTDA
 BALANÇO PATRIMONIAL
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	851	795
Impostos e contribuições sociais		148	8
Total do circulante		999	803
Não circulante			
Fornecedores	8	6.176	6.734
Partes relacionadas	9	2.475	2.041
Total do não circulante		8.651	8.775
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	1	1
Prejuízos acumulados		(4.448)	(3.936)
Total do patrimônio líquido		(4.447)	(3.935)
Total do passivo e patrimônio líquido		5.203	5.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. Demonstrações de Resultados

LARALSOL EMPREENDIMENTO ENERGETICO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por quota)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	11	1.830	432
Custo dos serviços prestados	12	(1.634)	(282)
Lucro bruto		196	150
Despesas gerais e administrativas	12	(805)	(873)
Outras receitas		30	-
Resultado antes das receita (despesas) financeiras e impostos		(579)	(723)
Receitas financeiras	13	70	47
Despesas financeiras	13	(3)	(29)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		67	18
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(512)	(705)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(512)	(705)
Prejuízo básico por quota - R\$	14	(512)	(705)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Demonstração de Resultado Abrangente

LARALSOL EMPREENDIMENTO ENERGETICO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício	14	(512)	(705)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(512)	(705)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

LARALSOL EMPREENDIMENTO ENERGETICO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1	(3.231)	(3.230)
Prejuízo do exercício	10	-	(705)	(705)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1	(3.936)	(3.935)
Prejuízo do exercício	14	-	(512)	(512)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1	(4.448)	(4.447)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

5. Demonstração dos Fluxos de caixa

LARALSOL EMPREENDIMENTO ENERGETICO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(512)	(705)
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		-	(14)
Depreciação	7	107	141
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de clientes		124	129
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(52)	(21)
Diminuição (aumento) de outros créditos		250	(250)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) de fornecedores		(502)	(576)
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais		174	(13)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		(411)	(1.309)
Atividade de financiamento			
Partes relacionadas		434	1.314
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		434	1.314
Variação líquida do caixa		23	5
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		7	2
Caixa mais equivalentes de caixa finais		30	7
Variação líquida do caixa		23	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

LARALSOL EMPREENDIMENTO ENERGETICO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11	2.023	276
Receitas de prestação de serviços	11	-	200
Outras receitas		30	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	12	463	791
Outros custos operacionais	12	1.646	-
Valor adicionado bruto		(56)	(315)
Depreciação e amortização	12	107	141
Valor adicionado líquido produzido		(163)	(456)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	13	70	45
Valor adicionado total a distribuir		(93)	(411)
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta	12	223	223
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		187	44
Municipais		6	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		3	27
Remuneração de capitais próprios			
Lucros (prejuízos) acumulados	14	(512)	(705)
		(93)	(411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (“Laralsol” ou “Empresa”), possui amplo conhecimento e experiência em sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica no Brasil atuando no setor de energias renováveis desde 2014. Sua sede está na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

A Empresa é parte integrante de projeto de Pesquisa e Desenvolvimento juntamente com entidades de pesquisa científica e a distribuidora e geradora de energia elétrica do estado de Minas Gerais - CEMIG. Tal projeto intitulado Chamada Estratégica 021/2016 da ANEEL visa estudar e desenvolver arranjos técnicos e comerciais para combinação de sistemas de armazenamento e geração de energia e tem a duração estimada de 48 meses a partir da data de início, cuja data homologada foi 03 de outubro de 2017. A Empresa também atua na locação de sistemas fotovoltaicos para empresas prestação de serviços de instalação e montagem.

1.1 Patrimônio Líquido e Capital Circulante Negativo

A Empresa apresentou em 31 de dezembro de 2022 patrimônio líquido negativo, no montante de R\$4.447 (R\$3.935 em 2021), tendo apurado prejuízo de R\$512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$705 em 2021). A Empresa também apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$877 (R\$594 em 2021). A Administração, vem implementando ações objetivando reduzir custos operacionais, principalmente de custo de manutenções e investimentos, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Empresa. Considera também, que para manter o ritmo de melhorias e a evolução econômica as necessidades de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos, serão garantidos pela controladora Alsol Energias Renováveis S/A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Clientes;
- II. Nota explicativa nº 11 - Receita operacional líquida.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Empresa avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Clientes - nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 15.

A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. **Clientes** - referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

d. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado (nota explicativa nº7).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

e. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Empresa, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Empresa neste mercado;

- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Empresa, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Empresa, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Empresa não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

f. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Empresa. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Empresa;

g. Provisões - são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

h. Ajuste a valor presente - os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.

i. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;

j. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Empresa somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

k. **Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

l. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Empresa:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020

Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29

1º de janeiro de 2022

A Empresa também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Empresa.

4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

Descrição	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	30	7
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	30	7

5. Clientes

Descrição	2022	2021
Contas a receber de clientes	1.016	1.144
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(285)	(285)
Ajuste a valor presente	-	(4)
Total	731	855
Circulante	40	168
Não Circulante	691	687

a) Segue demonstração do saldo dos clientes faturados por idade de vencimento:

Descrição	2022	2021
A vencer	446	570
Vencidos a mais de 360 dias	285	285
Total	731	855

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

6. Tributos a recuperar

Descrição	2022	2021
Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽¹⁾	33	26
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS	14	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	35	5
Contribuição social s/o lucro - CSLL	4	3
Total	86	34
Circulante	52	34
Não Circulante	34	-

(1) Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

7. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2021	Depreciação ⁽¹⁾	Saldos em 2022
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	4%	3.531	-	3.531
Total em serviço		3.531	-	3.531
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos		(954)	(141)	(1.095)
Total depreciação		(954)	(141)	(1.095)
Subtotal		2.577	(141)	2.436
Em curso		381	-	381
Total		2.958	(141)	2.817

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Depreciação	Saldos em 2021
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	3,5%	3.531	-	3.531
Total em serviço		3.531	-	3.531
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos		(813)	(141)	(954)
Total depreciação		(813)	(141)	(954)
Subtotal		2.718	(141)	2.577
Em curso		381	-	381
Total		3.099	(141)	2.958

⁽¹⁾ A Empresa registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$34 (R\$59 em 2021).

8. Fornecedores

	2022	2021
Eficiência - PEE ⁽¹⁾	6.176	6.734
Materiais, serviços e outros	851	795
Total	7.027	7.529
Circulante	851	795
Não Circulante	6.176	6.734

⁽¹⁾ Trata-se de contratos prestação de serviço para implementação de centrais de geração solar fotovoltaica cujo saldo é atualizado pela variação monetária do IPCA. O prazo para reembolso dos custos de implementação é de 98 a 120 meses a partir da data da emissão do CTI (Certificado de Término da Instalações).

9. Transações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (99,9% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das empresas:

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR R	Geração distribuída

A Alsol Energias Renováveis S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾ ;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A.	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração distribuída

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE VII	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

⁽¹⁾ Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG"), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a Companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF").

Transações efetuadas durante o exercício pela Empresa:

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

	Saldos a receber ⁽¹⁾	Saldos a pagar ⁽²⁾
Alsol Energias Renováveis S/A	1.539	(2.475)
2022	1.539	(2.475)
2021	1.539	(2.041)

(1) Refere-se a operação de compra para entrega futura.

(2) Refere-se transações de serviços operacionais tomados.

10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$1 (R\$1 em 2021) e está representado por 1.000 (1.000 em 2021) quotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma.

11. Receita Operacional Líquida

Descrição	2022	2021
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	2.023	276
Prestação de serviços	-	200
Deduções à receita operacional		
ISS	(6)	(2)
PIS	(33)	(7)
COFINS	(154)	(35)
Total das deduções à receita operacional	(193)	(44)
Receita operacional líquida	1.830	432

12. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2022	2021
Pessoal e administradores	-	223	223	223
Serviços de terceiros	-	463	463	849
Depreciação e amortização	107	-	107	82
Outras	1.527	119	1.646	1
Total	1.634	805	2.439	1.155

13. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2022	2021
Outras receitas financeiras	70	47
Total receita financeira	70	47
Ajuste a valor presente	-	(25)
Outras despesas financeiras	(3)	(4)
Total despesa financeira	(3)	(29)
Receitas financeiras líquidas	67	18

14. Prejuízo por quota

O resultado por quota básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de quotas.

	2022	2021
(Prejuízo) do exercício	(512)	(705)
Total	(512)	(705)
Quantidade de quotas	1	1
Total	1	1
Prejuízo básico por quota - R\$	(512,00)	(705,00)

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2022		2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	30	30	7	7
Clientes	731	731	855	855
Partes relacionadas	1.539	1.539	1.539	1.539
	2.300	2.300	2.401	2.401
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	7.027	7.027	7.529	7.529
Partes relacionadas	2.475	2.475	2.041	2.041
	9.502	9.502	9.570	9.570

• Administração financeira de risco

A gestão de risco da Empresa visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa e de sua controladora. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Empresa.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Empresa.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		851	6.176	7.027
Total		851	6.176	7.027

O risco de liquidez representa o risco de a Empresa enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Empresa monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de prestação de serviços e locação, e esse risco é administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

• Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Empresa realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos e em função de não ter passivos indexados à taxa de juros variável, a sua oscilação não deteriora o resultado da Empresa.

16. Meio ambiente

A Empresa trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas

e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

17. Evento subsequente

Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Empresa não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

---*---

Diretoria Executiva

Roberta Gonçalves de Godoi
Diretora Presidente

Gustavo Malagoli Buiatti
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Erick Domingues Alencar
Diretor Administrativo-Financeiro

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador
CRC/MG nº 042523/O-7